

## guerra israel-hamas



Manifestantes levantam bandeira da Palestina em frente à sede da Corte Internacional de Justiça, em Haia, na Holanda. Foto: AFP/Reuters

# Corte de Haia ordena que Israel evite genocídio, mas não cita cessar-fogo

Tribunal anuncia medidas liminares sobre conflito em Gaza em resposta à ação da África do Sul

**SÃO PAULO** A Corte Internacional de Justiça (CIJ), mais conhecida como Corte de Haia, determinou nesta sexta-feira (26) que Israel tome medidas para evitar atos de genocídio na guerra contra o Hamas. A decisão, que responde a uma denúncia apresentada pela África do Sul no ano passado, frustrou palestinos e muitos analistas, que esperavam uma ordem de cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza. "O Estado de Israel deverá [...] tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos no âmbito do artigo dois da Convenção do Genocídio", decidiu o tribunal internacional. No final do ano passado, Pretória submeteu aos magistrados uma petição em que acusava Tel Aviv de ter "motivação genocida" contra os palestinos na Faixa de Gaza, impondo condições que levariam à sua morte e à destruição de seu território. Depois, na audiência inaugural do caso, no início deste mês, a África do Sul solicitou, entre outros, a suspensão imediata das operações israelenses na faixa e o fim do "assassinato" e deslocamento da população palestina. A maioria das demandas da

África do Sul no documento foi atendida, com 13 dos 17 juizes da corte votando a favor delas. A exceção foi o pedido para que Tel Aviv suspendesse imediatamente as operações militares em Gaza. A possibilidade de uma trégua era aguardada com expectativa pelos palestinos. Outros dois avanços feitos pela CIJ nesta sexta é a decisão de que ela tem poder legal para julgar Israel, o que desagradou o país —ele, que classificou as alegações da África do Sul de falsas e "gravemente distorcidas", havia pedido que Haia rejeitasse totalmente o caso, argumentando que apenas exerce seu direito legítimo à defesa em sua ofensiva contra o Hamas. A decisão proferida nesta sexta-feira diz respeito a medidas de emergência a serem implementadas na guerra. A CIJ —que, ao contrário do Tribunal Penal Internacional (TPI), julga Estados, não indivíduos— não deve se pronunciar sobre as acusações de genocídio tão cedo, contudo, uma vez que um julgamento sobre o tema pode se arrastar por anos. Além disso, embora as sentenças do principal órgão judicial da ONU sejam vinculantes, a corte

tem poucos meios de fazê-las valer na prática. Apesar disso, a África do Sul saudou o que chamou de sua "vitoria decisiva" para o direito internacional. Na saída do tribunal, a ministra das Relações Exteriores da nação, Naftali Bendavid, disse que Israel terá de promover um cessar-fogo para cumprir as medidas. "Sem isso, o pedido realmente não funciona", afirmou. Sani Abu Zuhri, alto funcionário do Hamas, disse que a decisão contribui para isolar Israel no plano internacional. "Pedimos que a ocupação [do grupo terrorista se refere ao Estado israelense, o qual não reconhece] seja forçada a implementar as decisões do tribunal", afirmou.

**Sani Abu Zuhri**  
alto funcionário do Hamas

Países como Estados Unidos, Qatar e Arábia Saudita, além da União Europeia, tam-

bém afirmaram ter recebido positivamente a decisão.

O Brasil, que havia apoiado informalmente a petição sul-africana, foi outro a demonstrar satisfação. "O governo brasileiro tem a convicção de que as medidas cautelares contribuirão para garantir o cumprimento da Convenção [contra Genocídio] e a proteção dos direitos do povo palestino", disse em nota divulgada pelo Itamaraty.

Em comunicado, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse que a acusação de genocídio era "ultrajante" e que faria tudo o que fosse necessário para defender sua nação. "A tentativa vil de negar a Israel o direito fundamental de se defender [é uma discriminação flagrante contra o Estado judeu]", afirmou. Tel Aviv deverá informar sobre as medidas que está tomando dentro de um mês, segundo a corte. O tribunal declarou estar "gravemente preocupado" com o destino dos reféns em Gaza e apelou ao Hamas e a outros grupos armados para que os libertasse imediatamente. Calcula-se que cerca de 130 das cerca de 242 pessoas sequestradas permanecem sob poder do grupo terrorista.

ta desde 7 de outubro, quando o Hamas atacou Israel, deixando cerca de 1.200 mortos. Os palestinos, aliás, esperavam ansiosos a decisão da CIJ nesta sexta. "O que acontece se depois do julgamento Israel continuar seus massacres? O mundo parecerá uma piada", disse à Reuters Tamer, 55, empresário e pai de quatro filhos, antes da sessão. Ele é um dos que fugiram para Rafah, no sul do território, após o início do conflito —a cidade na fronteira com o Egito reúne mais da metade do total da população da faixa, a maioria em tendas improvisadas ou em prédios públicos. "Estamos cansados, nossos filhos estão exaustos, privados de sono e comida", disse Tamer, em referência à restrição de ajuda humanitária que Israel impôs após o início do conflito. Todos aguardam sua vez de morrer por bombas israelenses se isso não acabar. Enquanto a audiência ocorria em Haia, na Holanda, as forças israelenses continuavam a bombardear a principal cidade do sul de Gaza, Khan Yunis. O número de mortos na Faixa de Gaza superou 26 mil nesta sexta, de acordo com autoridades ligadas ao Hamas, e os palestinos dizem que Israel bloqueou hospitais.

Tel Aviv nega que tenha bloqueado centros de saúde, mas diz que a ação próxima deles é necessária porque os combatentes do Hamas operam de lá, o que equipes médicas negam.

com Reuters

## Grupos disputam narrativa positiva sobre julgamento

**SÃO PAULO** Sem atender completamente a nenhuma das partes em conflito, a decisão emitida pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) tornou-se alvo de disputa de organizações ligadas a Israel e à Palestina no Brasil e no mundo. Para Marcos Kinchel, presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fiesep), a decisão foi positiva. "Ela acerta ao não aceitar o pedido de cessar-fogo unilateral proposto pela África do Sul", afirmou.

A entidade pró-Israel Stand With Us também celebra a rejeição à trégua e destacou que o tribunal não se pronunciou sobre a alegação, segundo a organização, "infundada", de que Israel comete genocídio. O Comitê de Coordenação Anti-Apartheid Palestina, por sua vez, descreveu a sentença como uma "grande derrota" para Israel. "A Corte Internacional de Justiça fez história hoje", afirmou a organização. Já a Fespal (Federação Árabe-Palestina do Brasil) foi mais crítica. Em comunicado, a organização disse que "não basta uma vitória meramente moral" e pediu sanções, boicote e desarmamento a Israel.

## Decisão isola Tel Aviv, diz representante de palestinos no TPI

**André Fontenelle**

**PARIS** Para o advogado francês Gilles Devers, que encabeça um time de defensores da sociedade civil palestina contra Israel em uma ação no Tribunal Penal Internacional (TPI), a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) desta sexta-feira (26) é uma "reprimenda terrível" para Israel e "mais que encorajadora" para os palestinos. Devers ressalta como principais aspectos da decisão da CIJ, principal órgão judicial da ONU, o fato de seu texto não usar em nenhum momento o termo "terrorismo", não acolher o direito à legítima defesa invocado por Israel e adotar a expressão "povo palestino", reconhecendo o direito dessa população à proteção.

Ele chama a atenção ainda

para a quase unanimidade da sentença —dos 17 magistrados da corte, 15 votaram a favor dela. Isso, segundo o advogado, confere "um poder ainda maior" ao texto. "Isso não chega a dar asas a nós, advogados, mas dá uma força especial para prosseguir perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) e todas as instâncias das Nações Unidas". Enquanto a CIJ também reconheceu como Corte de Haia, julga Estados, o TPI se ocupa de indivíduos. E nesse segundo órgão, Devers lidera uma demanda contra Israel —a ação, encabeçada por um grupo de 600 advogados, pede mandados de prisão para o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, e comandantes do Exército.

Para Devers, a condenação

da ordem judicial por Netanyahu deixa o Estado judeu "em um impasse". "Como pertencer à comunidade internacional quando não se respeita sua mais alta jurisdição, a CIJ, que é da ONU? Quando você adere à ONU como Estado, mas não respeita sua jurisdição, você se coloca à margem. Israel está sendo abandonado por todos os lados". Embora os juízes não estivessem decidindo se há ou não genocídio, Devers considerou "um bom começo" a determinação de medidas emergenciais. "Se há genocídio ou não, não é de modo algum o debate agora, que é complexo. O trabalho dos juízes exige tempo e há muitos elementos que precisam ser verificados. São 26 mil mortos, fora os que estão nos escombros", diz ele,

**Gilles Devers**  
advogado francês que lidera uma ação contra Israel no TPI

menção a uma cifra divulgada pelas autoridades de saúde de Gaza, ligadas ao Hamas, nesta sexta. "Lembro que em Berlim [massacre na guerra da Bósnia, em 1995] considerou-se genocídio com cerca de 8.000 mortos". O advogado minimiza o fato de a CIJ não ter determinado um cessar-fogo. Explica que, como as duas partes envolvidas na decisão, a África do Sul e Israel, não estão em conflito armado, o instrumento fugiu à alçada dos juízes.

Em relação a outra crítica à decisão, a formulação supostamente vaga do texto, para ele era "impossível fazer de outro jeito", já que era preciso se referir à prevenção do genocídio na Faixa de Gaza. "A decisão continua muito 'legal'".

Se juízes calejados, que

trabalham com assistentes, e uma palavra não pode ser usada no lugar de outra".

Embora Devers diga que, como advogado, não pode se pronunciar sobre o apoio declarado pelo presidente Lula à petição sul-africana, ele afirma que a posição da diplomacia brasileira "contraria muito" o caso a questão chegue ao TPI. Quanto às potências que declaram apoio a Israel no conflito com o Hamas, o advogado considera que a decisão as coloca a Israel no conflito com o Hamas, o advogado considera que a decisão as coloca a Israel no conflito com o Hamas, o advogado considera que a decisão as coloca a Israel no conflito com o Hamas.

"São Estados que se sentiam aliados à armadilha do espetáculo Netanyahu e sua farsa da 'luta contra o terrorismo', que o tribunal agora reconheceu como um mero argumento retórico, sem conteúdo jurídico. Esses Estados podem mudar de atitude", afirma.